



EFICÁCIA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL:

UMA AVALIAÇÃO INTEGRADA DAS DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS), A PARTIR DAS ESCOLHAS DOS GESTORES NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS (2022-2024)

EFICÁCIA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL: UMA AVALIAÇÃO INTEGRADA DAS DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS), A PARTIR DAS ESCOLHAS DOS GESTORES NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS (2022-2024)

Relatório técnico apresentado pelo(a) mestrando(a) Marcos Antônio Rocha dos Santos ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Dra. Sheila Trícia Guedes Pastana, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237e Santos, Marcos Antônio Rocha dos
Eficácia das leis orçamentárias e conformidade constitucional :
uma avaliação integrada das despesas com recursos próprios em
Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), a partir das escolhas
dos gestores nos municípios sergipanos (2022-2024) / Marcos
Antônio Rocha dos Santos ; orientadora Sheila Trícia Guedes
Pastana. – São Cristóvão, SE, 2026.
14 p. : il.

Relatório técnico (mestrado profissional em Administração
Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Sergipe,
2026.

1. Administração pública. 2. Orçamento. 3. Despesa pública.
4. Federalismo. 5. Controle de constitucionalidade. 6.
Transparência na administração pública. I. Sistema de
Informações sobre Orçamento Público em Saúde. II. Pastana,
Sheila Trícia Guedes, orient. III. Título.

CDU 351.72:336.14

Resumo

04

Contexto

05

Público-alvo da proposta

07

Descrição da situação-problema

08

Objetivos da proposta

09

Diagnóstico e análise

10

Proposta de intervenção

12

Responsáveis pela proposta de intervenção

13

Protocolo de recebimento

14

RESUMO

Objetivo: O presente estudo avaliou de forma integrada a eficácia das Leis Orçamentárias e a conformidade constitucional na aplicação de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), examinando os 75 municípios sergipanos durante o triênio 2022-2024. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem aplicada de método quantitativo, utilizando o delineamento de estudo de casos múltiplos. Trata-se de uma pesquisa documental, em que se coletou dados consolidados de execução orçamentária e da conformidade Constitucional do sistema de acompanhamento da gestão dos recursos da sociedade (SAGRES) e do sistema de informações sobre orçamentos públicos em Saúde (SIOPS).

Principais Resultados: Como principais resultados destaca-se o desenvolvimento do painel gerencial interativo (Dashboard), o qual evidencia e proporciona consultas relacionadas ao orçamento público, bem como os percentuais de aplicação de recursos próprios em ações e serviços públicos em saúde, dos fundos de saúde sergipanos. **Contribuições teóricas e metodológicas:** No campo teórico, a investigação supre uma lacuna literária ao analisar a discricionariedade gerencial da execução orçamentária sob o prisma da teoria da escolha pública (TEP). Metodologicamente, a pesquisa contribui com a inovação técnica ao empregar a ferramenta Power BI® ao transformar dados brutos em informações estratégicas e acessíveis. **Relevância e Originalidade:** A relevância e originalidade residem na avaliação sistêmica de como a autonomia dos administradores públicos pode desviar a execução orçamentária do planejamento inicial, impactando a eficácia da Lei Orçamentária e o percentual de aplicação de recursos públicos na saúde. **Contribuições Sociais e de Gestão:** As contribuições sociais e de gestão refletem-se no fortalecimento da transparência ativa e do controle social por meio da disponibilização do Dashboard no observatório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), servindo como suporte gerencial para o planejamento municipal, para os procedimentos fiscalizatórios do TCE/SE e em última análise para a sociedade civil organizada, fortalecendo o controle social sobre a política pública da saúde.

CONTEXTO

O Produto Técnico-Tecnológico (PTT) foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), a partir da dissertação que avaliou a eficácia das Leis Orçamentárias e a conformidade constitucional na aplicação de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) nos municípios sergipanos, no período de 2022 a 2024. A pesquisa evidenciou a existência de uma lacuna empírica e aplicada na literatura e na prática da gestão pública municipal, relacionada à ausência de estudos que integrem, de forma sistematizada, as alterações orçamentárias, a execução das despesas e o atendimento ao limite constitucional na política pública de saúde.

Nesse contexto, observou-se que, embora existam bases oficiais de dados amplamente utilizadas pelos órgãos de controle e pela Administração Pública, tais informações encontram-se dispersas, o que dificulta análises integradas capazes de revelar como as escolhas executórias dos gestores impactam a eficácia da Lei Orçamentária Anual e a conformidade constitucional. A dissertação demonstrou que essa limitação compromete a capacidade analítica tanto da gestão quanto do controle externo e do controle social.



CONTEXTO

O desenvolvimento do dashboard configura-se, portanto, como uma inovação tecnológica aplicada ao campo da administração pública, ao sistematizar e integrar dados de execução orçamentária e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) em um ambiente analítico único. O PTT viabiliza a visualização conjunta das dimensões analisadas na pesquisa: planejamento, execução orçamentária, alterações orçamentárias e aplicação de recursos próprios em ASPS, permitindo que os resultados identificados no estudo sejam operacionalizados e continuamente monitorados.

Assim, o PTT insere-se como instrumento de apoio às dimensões gerenciais, institucionais e sociais tratadas na dissertação, ao qualificar a tomada de decisão da gestão pública, fortalecer a atuação do controle externo e ampliar a transparência e o controle social sobre a política pública de saúde, alinhando-se aos objetivos do mestrado profissional e às demandas práticas da Administração Pública



PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do PTT compreende a Administração Pública, especialmente os municípios sergipanos, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e a sociedade civil. Para a gestão pública municipal, o dashboard constitui um instrumento de apoio gerencial ao possibilitar a visualização integrada das alterações orçamentárias, da execução das despesas com recursos próprios e do percentual de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), contribuindo para o acompanhamento sistemático da execução orçamentária e para a qualificação das decisões executórias ao longo do exercício financeiro.

No âmbito do controle externo, o produto oferece subsídios técnicos ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, ao organizar e sistematizar informações provenientes de bases oficiais em painéis analíticos que facilitam a identificação de padrões de comportamento orçamentário, de situações de conformidade e de eventuais desvios em relação ao planejamento e ao limite constitucional. A ferramenta amplia a capacidade institucional de monitoramento contínuo e orienta análises mais qualificadas sobre a eficácia das Leis Orçamentárias Municipais.

Para a sociedade civil, o dashboard contribui para o fortalecimento do controle social ao ampliar a transparência da execução orçamentária da política pública de saúde. A disponibilização de informações consolidadas e visualmente acessíveis favorece a compreensão dos dados orçamentários e financeiros, promovendo maior accountability e possibilitando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos em saúde de forma objetiva e informada.

DADOS





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A situação problema que fundamenta o desenvolvimento do PTT está relacionada à dificuldade de compreender, de forma integrada e sistemática, como as escolhas executórias dos gestores públicos municipais influenciam a execução das despesas com recursos próprios em saúde, a eficácia das Leis Orçamentárias Anuais e o atendimento ao limite constitucional de aplicação mínima em ASPS. A dissertação evidenciou que o cumprimento do piso constitucional, isoladamente, não é suficiente para explicar o comportamento orçamentário dos municípios sergipanos, tampouco para avaliar a efetividade do planejamento orçamentário.

Embora existam bases oficiais consolidadas, como os sistemas de execução orçamentária e o SIOPS, os dados encontram-se fragmentados e demandam elevado esforço técnico para análise conjunta, o que limita sua utilização como instrumento gerencial, de controle externo e de controle social. Essa fragmentação dificulta a identificação de padrões relacionados às alterações orçamentárias, à execução da despesa e à aplicação de recursos próprios em ASPS, ocultando relações relevantes entre essas dimensões.

Dessa forma, a ausência de instrumentos que integrem e sistematizem essas informações constitui um problema prático para a Administração Pública, para os órgãos de controle e para a sociedade, na medida em que restringe a capacidade de monitoramento contínuo, de avaliação da eficácia das Leis Orçamentárias Municipais e de compreensão do impacto das decisões executórias dos gestores. O PTT surge como resposta aplicada a essa situação problema, ao estruturar uma ferramenta capaz de transformar dados dispersos em informações analíticas integradas e orientadas à decisão

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Objetivo geral

Avaliar a eficácia das Leis Orçamentárias e a conformidade constitucional, a partir das escolhas dos gestores nos municípios sergipanos, na execução das despesas com recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), no período de 2022 a 2024.

Objetivos específicos:



Demonstrar as alterações realizadas pelos fundos de saúde dos municípios sergipanos nos orçamentos públicos com recursos próprios em ASPS, no período 2022–2024;



Demonstrar a composição da execução das despesas próprias em ASPS dos fundos de saúde dos municípios sergipanos por natureza, subfunção e elemento, no período 2022–2024;



Identificar a conformidade dos fundos de saúde dos municípios sergipanos ao piso constitucional de aplicação em ASPS, com base nos dados do SIOPS, no triênio 2022–2024;



Estruturar um dashboard gerencial, composto por painéis visuais interativos e seccionados, que transforme os dados coletados sobre a execução orçamentária da ASPS em informações pontuais, facilitando a tomada de decisão e o controle social



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico e a análise apresentados neste PTT decorrem diretamente da sistematização dos dados promovida pelo Dashboard desenvolvido a partir da pesquisa. A consolidação das informações de execução orçamentária provenientes do Sistema SAGRES/TCE-SE e do SIOPS, organizada em painéis interativos, permitiu identificar que, no período de 2022 a 2024, os fundos municipais de saúde dos municípios sergipanos apresentaram alterações orçamentárias relevantes entre a dotação inicial e a dotação atualizada, com acréscimo médio de 11,59% em relação ao planejamento originalmente aprovado. Esse resultado somente pode ser evidenciado de forma integrada e comparável a partir da estruturação dos dados na ferramenta, que viabilizou a análise simultânea dos estágios da despesa e das reprogramações orçamentárias.

No que se refere à conformidade constitucional, o Dashboard possibilitou identificar, de maneira objetiva, os municípios que atenderam e aqueles que não atingiram o percentual mínimo de aplicação de recursos próprios em ASPS, com base nos dados declarados ao SIOPS. A visualização conjunta dos percentuais aplicados e das alterações orçamentárias revelou que o atendimento ao piso constitucional coexistiu com diferentes padrões de reprogramação do orçamento, evidenciando que a conformidade não decorre automaticamente das alterações realizadas, mas das escolhas executórias materializadas na aplicação efetiva dos recursos



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Além disso, a ferramenta permitiu incorporar análises de correlação entre variáveis como percentual de alteração orçamentária, aplicação de recursos próprios em ASPS, percentual empenhado em relação à dotação inicial, participação das receitas de impostos na receita total e composição das despesas por natureza, subfunção e elemento. Essas correlações, operacionalizadas no dashboard, ampliaram a compreensão do comportamento orçamentário municipal e demonstraram que a eficácia das Leis Orçamentárias e a conformidade constitucional resultam da interação entre diferentes dimensões da execução, evidenciando padrões de gestão que não seriam perceptíveis sem a sistematização analítica proporcionada pelo PTT.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção consiste no desenvolvimento e disponibilização de um Dashboard gerencial interativo destinado ao acompanhamento da gestão e da execução orçamentária dos fundos de saúde dos municípios sergipanos com recursos próprios. O PTT integra dados oficiais provenientes do Sistema SAGRES/TCE-SE e do SIOPS, organizando-os em painéis analíticos que permitem a visualização conjunta das alterações orçamentárias, da execução das despesas e do percentual de aplicação ASPS.

Do ponto de vista operacional, o dashboard proporciona ganho significativo para a gestão pública ao reduzir a fragmentação das informações e ao transformar bases de dados complexas em informações gerenciais consolidadas, comparáveis e atualizadas. A ferramenta possibilita o monitoramento contínuo da execução orçamentária, a identificação tempestiva de padrões de comportamento relacionados as despesas orçamentárias e a verificação objetiva do atendimento ao limite constitucional, qualificando o processo decisório ao longo do exercício financeiro.

Além disso, a proposta de intervenção operacionaliza os resultados da pesquisa ao permitir que as análises e correlações realizadas na dissertação sejam reproduzidas e acompanhadas de forma sistemática. O Dashboard amplia a capacidade da Administração Pública de avaliar a eficácia das Leis Orçamentárias Municipais, fortalece a atuação do controle externo e contribui para a transparência da política pública de saúde, configurando-se como uma solução aplicada alinhada às demandas práticas do setor público e aos objetivos do mestrado profissional.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

MARCOS ANTÔNIO ROCHA DOS SANTOS

Mestrando em Administração Pública em Rede Nacional PROFIAP - Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Direito Administrativo e Constitucional pela Universidade Tiradentes. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Tiradentes. Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes. Graduado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Sergipe.

Contato: marcars001@gmail.com

SHEILA TRÍCIA GUEDES PASTANA

Doutora em Administração pela Universidade Universidade Federal Potiguar do Rio Grande do Norte. Mestra em Desenvolvimento Regional. Graduada em Administração. Graduada em Licenciatura Plena em Letras. Especialista em Gestão do Varejo (IDV/FIA). Especialista em Gestão de Pessoas.

Contato: sheilatriciaqp@gmail.com

Data de entrega do PTT: 02 de fevereiro de 2026



Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Aracaju, 02 de fevereiro de 2026

Documento 000009/2026
página 1 de peça unificada
ANEXO - Nº 7/2026
8ª COORD. CONT. E INSPEÇÃO
Aracaju, 02 de fevereiro de 2026

Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Assunto: Entrega do Produto Técnico Tecnológico

Excelentíssima Senhora Presidente

Na qualidade de mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UFS), apresento a este Tribunal o Produto Técnico Tecnológico – PTT (Dashboard), derivado da dissertação do mestrado profissional: Eficácia das Leis Orçamentárias e conformidade Constitucional: uma avaliação integrada das despesas com recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), a partir das escolhas dos gestores nos municípios sergipanos (2022–2024), de autoria do mestrando Marcos Antônio Rocha dos Santos.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada a Universidade Federal de Sergipe.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de Software/Aplicativo e seu propósito consiste no desenvolvimento e disponibilização de um Dashboard gerencial interativo destinado ao acompanhamento da gestão e da execução orçamentária dos fundos de saúde dos municípios sergipanos com recursos próprios.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço: profiap@academico.ufs.br

Por oportuno necessário registrar que os arquivos da base de dados e do Painel foram encaminhados diretamente para a Diretoria de Modernização e Tecnologia, via e-mail institucional, tendo em vista a política de segurança impossibilita a anexação de arquivos no e-TCE, com a extensão do Power BI.

Atenciosamente

Marcos Antônio Rocha dos Santos
Mestrando em Administração Pública

Discente: Marcos Antônio Rocha dos Santos,
Mestrando em Administração Pública

Orientador: Dra Sheila Trícia Guedes Pastana,
Doutora em Administração Pública

Universidade Federal de Sergipe

03 de fevereiro de 2026

